

Governança corporativa e sua influência na gestão da qualidade

Edson Cordeiro da Silva e Luiz Peres Zotes

Este artigo aborda a Governança Corporativa onde se acha intrínseca a Gestão da Qualidade Total. Os Conselhos de Administração passaram a exercer seu papel para melhorar o ganho dos acionistas e arbitrar os conflitos existentes entre os acionistas, administradores, auditores externos, minoritários, conselhos fiscais e os *stakeholders*: empregados, credores e clientes. A Governança possibilita a criação de condições propícias para evitar problemas antes que eles ocorram, de minimizá-los uma vez que tenham ocorrido e de promover, em termos gerais, padrões de comportamento universais, em benefício de gerações futuras. São apresentados alguns conceitos, evolução histórica da Governança Corporativa, o Código de Práticas de Governança e as principais iniciativas de estímulo e aperfeiçoamento do modelo de Governança das empresas em nosso País. Foi elaborado um quadro comparativo da experiência dos EUA e do Brasil, bem como são citados alguns casos de empresas que aderiram aos novos modelos de gestão, tais como: Celesc (Centrais Elétricas de Santa Catarina), Klabin, Grupo FRB-Par e Itaúsa. Da mesma forma, são levantados alguns modelos de Governança no mundo. A Gestão de Governança Corporativa já apresenta resultados, apesar de existir uma crise internacional de confiança, segundo os especialistas que prestam consultoria na área de Governança. Em consequência de escândalos acontecidos a partir de 2001, os norte-americanos editaram a lei Sarbanes-Oxley Act, publicada em junho de 2002, com o propósito de coibir as fraudes contábeis, assim dificultando qualquer manipulação errônea de informações por parte de profissionais inescrupulosos. Finalmente, é apresentada uma visão para o século XXI e a conclusão.

A ética e o profissional de contabilidade no novo milênio

Anísio Candido Pereira - Coordenador, Gregório Mancebo Rodriguez, José Carlos Penha, Luiz Cezar Giacomazi, Osmir Marcolino e Solange Maria da Silva

Os recentes escândalos ocorridos em grandes companhias alertaram para a importância de um comportamento ético nas relações entre empresas e também no relacionamento entre empresa e empregados, e estes entre si. O comportamento ético do profissional de contabilidade assume importância vital e reacende as discussões sobre a independência profissional *versus* a subordinação e a relação empresa – empregado. Os estudos foram orientados por meio de pesquisa bibliográfica e análise do Código de Ética Profissional, editado pelo Conselho Federal de Contabilidade, bem como a análise de artigos do Código de Defesa do Consumidor e do Novo Código Civil, que versam sobre o assunto, e a Lei Sarbanes-Oxley, dos Estados Unidos da América, que traz novas diretrizes para a governança corporativa.

Algumas considerações sobre os aspectos conceituais dos modelos EVA, Gecon e BSC

Ricardo Maroni Neto

Este estudo faz uma breve descrição das características estruturais dos modelos *Economic Value Added* (EVA), *Gestão Econômica* (Gecon) e *Balanced Scorecard* (BSC), identificando os aspectos positivos e negativos de cada um. Com isto, elabora-se um painel de atributos dos modelos, cuja finalidade é identificar os principais aspectos conceituais que os gerentes devem conhecer no processo de escolha e implantação de um sistema gerencial.

Aspectos relevantes da avaliação dos controles internos na auditoria governamental

Roberto Sérgio do Nascimento

A avaliação dos controles internos é atividade decisiva na realização dos trabalhos de auditoria. Partindo desta ótica, o artigo propõe uma discussão sobre os aspectos relevantes desta avaliação, quando em pauta a execução de trabalhos de auditoria no setor público. Primeiramente, contextualiza-se a auditoria nos tempos atuais, demonstrando que ela não representa mais o simples exame dos demonstrativos contábeis em contraposição aos registros da escrituração. Vai além. Busca a consonância dos princípios fundamentais de contabilidade e das Normas Brasileiras de Contabilidade, na medida que preserva a materialização adequada dos fenômenos que afetam a Ciência Contábil como um todo. À semelhança do modelo tradicional de auditoria, o auditor independente, interno ou governamental, necessita conhecer a importância dos controles internos na salvaguarda do patrimônio, na prevenção de fraudes, no registro correto das transações e na promoção da eficiência operacional. Contudo, a sua avaliação deve levar em consideração que nem todos os controles são decisivos para a sua análise, como é o caso dos controles administrativos. Todas as organizações possuem controles, quer sejam elas públicas ou privadas. No tocante à esfera estatal, parece que o assunto ainda não foi totalmente explorado, uma vez que falta sistematização desta análise, divulgação dos métodos de exame e conhecimento dos efeitos gerados sob o trabalho do auditor público. Assim, o artigo busca abordar alguns mecanismos de avaliação que podem ser utilizados por estes profissionais, tais como: relatório de situação, questionário, memorando de descrição e fluxograma. Ao final, apresentam-se ainda algumas considerações a respeito da prevenção de fraudes, caso fossem implementados controles eficientes, e estes fossem devidamente analisados por parte das unidades responsáveis pelo controle interno no setor governamental.

Gerenciamento de intangíveis: sonho ou realidade?

Leonardo Ensslin, Ph.D. e Darci Schnorrenberger

A maioria das pessoas sente-se desconfortável ao lidar com situações novas ou desconhecidas, razão pela qual a busca da certeza foi a tônica da humanidade nos últimos séculos, tanto no campo pessoal quanto empresarial. Porém, nas últimas décadas, o cenário de relativa estabilidade e certeza foi perdendo espaço para outro no qual o conhecimento e a capacidade de rápida inovação e reinvenção tornaram-se fundamentais. Neste novo ambiente competitivo, entram em cena recursos fundamentais, porém “não quantificáveis” pelos padrões clássicos: os ativos intangíveis. Este e outros aspectos discutidos ao longo deste artigo constituem motivos para que,

apesar de reconhecida a importância dos ativos intangíveis, tão pouco se tenha pesquisado e evoluído neste campo ao longo das últimas décadas. Assim, acreditando que as dificuldades de identificação, mensuração e gerenciamento não constituem motivos suficientes para ignorá-los, busca-se neste artigo lançar um olhar para o que já existe sobre o assunto e, ainda, trazer algumas idéias novas para esta “arena”. Por esta razão, faz-se inicialmente uma breve contextualização para, em seguida, ingressar na investigação das peculiaridades e resistências enfrentadas para a formalização destes ativos. Na seqüência, realiza-se uma releitura da proposta para a identificação dos ativos intangíveis, apresentada por Lev (2001). Realiza-se, também, uma análise de suas potencialidades, seguida de uma proposição para o registro destes ativos. Por fim, apresentam-se as constatações feitas ao longo do artigo, bem como a opinião dos autores sobre o assunto.